

Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais*

LOUIS CHAUVEL**

Um espectro assombra a sociedade – o espectro das classes sociais. Tidas por mortas por numerosos sociólogos, elas retornam, por vezes, para assombrar o mundo contemporâneo. Na França, as obras, os artigos e as intervenções sociológicas em que as palavras “classe social” aparecem se fazem raras, se excluirmos a produção da sociologia histórica ou a análise dos grandes fundadores da sociologia. Assim, o sintagma “classe social” tornou-se um desses “palavrões” cujo uso é raro, se não for circunspecto. O fato não está confinado somente à sociologia¹. Bem poucos pensam que a noção de “classe social” poderia ainda ser útil para entender o mundo contemporâneo. A idéia de que o poder “explicativo” da classe declina é geral. Em todo caso, ela é nitidamente mais presente que a hipótese inversa, a de seu reforço. É preciso, então, interrogar-se sobre a validade dessa idéia que não é neutra politicamente, é essencial sociologicamente e é determinante socialmente. De início, proporei uma leitura do aparecimento dessa

* Este texto foi publicado originalmente na revista *Actuel Marx*, Paris, PUF, nº 26, segundo semestre de 1999. Ele prolonga argumentos e demonstrações de L. Chauvel, *Le destin des générations: structure sociale et cohortes en France au XX^e siècle*. Paris, PUF, 1998. Tradução de Maryse Farhi.

** Professor da Fondation Nationale des Sciences Politiques de Paris.

¹ De Giscard (“Deux français sur trois”) a Delors (carta ao *Le Monde*, fim de 1994), a idéia de uma “classe média majoritária” é um fundamento político para os adeptos das “justas medidas”; se a idéia é politicamente eficaz é uma outra questão.

hipótese nas idéias sociológicas e nas representações habituais, apresentarei seus argumentos fundamentais e mostrarei, em seguida, que, há pelos menos uns quinze anos, as provas de sua validade são cada vez menos convincentes.

Os argumentos do fim das classes

Em vez de aceitar essa idéia do fim das “classes sociais” como uma evidência lógica, sem maiores exames, é necessário retomar os argumentos que a fundamentam. A fonte original parece encontrar-se na Califórnia, nos anos 1950. Com efeito, Robert Nisbet publicava, na *Pacific Sociological Review*, um artigo intitulado “Declínio e queda das classes sociais”², primeira tentativa de rejeição da noção de classe fundada numa argumentação empírica lançando mão, de forma mais ou menos sistemática, das mudanças macrosociológicas em curso nas sociedades industriais avançadas.

Para Nisbet, o fim das classes provém (ou proviria) de: 1) na esfera política, da difusão do poder no seio do conjunto da população e da desestruturação dos comportamentos políticos em função dos estratos sociais (p. 11); 2) na esfera econômica, do aumento do setor terciário, no qual os empregos, na maior parte das vezes, não correspondem a um sistema de classe perfeitamente claro (p. 15); 3) da elevação do nível de vida e de consumo que conduzem ao desaparecimento de estratos de consumo claramente diferenciáveis, tornando pouco verossímil a intensificação da luta de classes (p. 16). De fato, tratava-se do primeiro exercício de um gênero que ainda prossegue até nossos dias: Clark e Lipset³ retomam essas idéias, de modo quase idêntico, trinta anos mais tarde em “Are Social Classes Dying?”. Em resumo, há várias décadas elas não param de agonizar... Desde Nisbet, os desenvolvimentos sobre a “morte das classes” sempre estiveram, em maior ou menor medida, fundamentados nos mesmos argumentos, mesmo que alguns autores tenham acrescentado outros elementos⁴.

² R. Nisbet, “The Decline and Fall of Social Class”, *Pacific Sociological Review*, II, 1, 1959, p. 119-29.

³ T. N. Clark e S. M. Lipset, “Are Social Classes Dying?”, *International Sociology*, VI, 1991, p. 397-410.

⁴ No capítulo “Société de classe?” (R. Aron, *Les désillusions du progrès, essai sur la dialectique de la modernité*. Paris, Calmann-Lévy, 1969, p. 25), Aron acrescenta o argumento segundo o qual a elevação da taxa de escolaridade secundária, que ele supõe mecanicamente implicar mais mobilidade já que, “quanto mais a coletividade gasta para a instrução de seus jovens, mais esses têm oportunidade de sair de seu meio de origem” (p. 33). Donde uma menor identificação dos indivíduos com sua classe de origem, já que seu destino estará, por “probabilidade”, menos ligado a ela. Para outros, um elemento importante é a hierarquia dos salários que, se ontem era unívoca na separação dos trabalhadores manuais e dos outros, hoje se caracteriza por uma indefinição dessa fronteira (J. Lautman, “Où sont les classes d’antan?”, in H. Mendras, *La sagesse et le désordre*. Paris, Gallimard, 1980, p. 81-99). Ademais, “o salário do operário é muito menos ‘ocasional’”, enquanto tinha sido muito instável até a primeira metade do século. Acresce-se que uma cultura média se introduz nas consciências (o efeito *blue jeans*). Decorre então uma

O essencial da argumentação pode ser expresso numa linha simples, ou até simplista: queda das desigualdades econômicas e educacionais, enfraquecimento das fronteiras sociais em termos de acesso ao consumo e às referências culturais, mas também elevação da mobilidade; menor estruturação das classes em grupos distintos, discerníveis, identificáveis e opostos; menor potencial de conflitos das classes e consciência de classe enfraquecida. Frequentemente, o esquema geral é uma linha causal simples que vai de uma redução das desigualdades econômicas até a da consciência de classe.

Fatos empíricos de ontem

A hipótese do fim das classes sociais encontrou certa audiência entre o público e os sociólogos por uma razão essencial: mesmo se, teoricamente, seus argumentos sejam medíocres, os fatos sobre os quais repousa essa hipótese são, ao menos parcialmente, justos. De fato, o imobilismo social declinou, as desigualdades econômicas reduziram-se e o poder de compra operário elevou-se.

Numa perspectiva de longo prazo, no último meio século, isso é uma evidência. Como para toda evidência, convém apreender seus limites, sob pena de perder o sentido de sua pertinência. Na França, conhecemos as mudanças do nível de vida da classe operária e, mais geralmente, o da média da população, da década de 1950 até nossos dias. Outrora, pelo menos até a década de 1950, a metade do orçamento operário destinava-se a alimentar a família; a moradia era, o mais das vezes, um cortiço ou uma exígua vila operária*; situação que as políticas ativas de construção de alojamentos sociais dos anos 1960 atenuaram, pelo menos durante um certo tempo. A cozinha praticamente não contava com aparelhos domésticos; a televisão, o automóvel e o telefone eram objetos de um luxo inútil.

Hoje, a alimentação representa apenas um sexto do orçamento do operário médio, inclusive dos desempregados, sua moradia é aquecida, dotada de água corrente e equipada de sanitários internos. Os estatísticos tiveram de modificar as de-

"utopia social realizada" (p. 96-9); uma "sociedade não-hierárquica ou indiferenciada" (p. 99). Por outro lado, Saunders (P. R. Saunders, *Social Theory and the Urban Question*. 2ª ed. Londres, Routledge, 1995) sublinha a difusão da propriedade, da moradia e a difusão das lógicas patrimoniais (ajudadas ou obrigadas pelas legislações sobre os fundos de pensão). Os autores de *The Death of Class*, Pakulski e Waters (J. Pakulski e M. Waters, *The Death of Class*. Londres, Sage, 1996.) mencionam a emergência das estruturas fundadas não mais sobre uma base econômica como as classes marxianas, mas sobre referências simbólicas e formadoras de identidades comunitárias, étnicas, regionais, de gênero, de consumo, enfim de todas as naturezas, estruturando "comunidades imaginárias": ecologistas, não-fumantes, vegetarianos, negros, por exemplo (J. Pakulski, "The Dying of Class or of Marxist Class Theory?", *International Sociology*, VIII, 3, 1993, p. 279-92) que conduzem à emergência de uma estratificação fundada sobre diferenças de referências simbólicas, e não de desigualdades econômicas.

* No texto, o autor emprega a palavra *coron*, típica da região da Picardie, que se referia principalmente às vilas operárias construídas perto das minas. (N.T.)

finições de superpovoamento para descobrir quais famílias ainda permaneciam em habitações apertadas e, em relação ao poder aquisitivo dos operários do pós-guerra, os equipamentos domésticos transformaram, guardadas as devidas proporções, o lar operário em uma caverna de Ali Babá. Na França, o nível de vida do operário médio alcançou e, depois, ultrapassou, com várias décadas de atraso, o do operário do automóvel americano do fim dos anos 1920, tal como o descreveu Halbwachs⁵.

Ruptura de ritmo e descontinuidade da mudança social

As mudanças de longo prazo dissimulam temporalidades distintas. Mesmo que a evolução entre dois pontos – ontem, em 1930, e depois, em 1998 – possa representar uma mudança pertinente, o modo como essa mudança teve lugar não é neutro para sua interpretação. As conclusões podem ser radicalmente distintas conforme essa mudança tenha sido progressiva, linear e contínua, ou fruto de uma aceleração extraordinária, até 1975, seguida por uma estagnação. No primeiro caso, teremos vivido um só e mesmo período histórico e as conseqüências das observações de ontem e de hoje são necessariamente semelhantes. No segundo, quando existe uma clara mudança da dinâmica da história social, deduzir do que foi ante-ontem alguma conseqüência para ontem, hoje e amanhã torna-se um erro de raciocínio. Ao volante como na prospectiva, agir dessa forma leva a sair da estrada.

Sem transformar em fetiche os dados das estatísticas econômicas e sociais, é necessário render-se à evidência de que a sociedade de desenvolvimento econômico rápido que se seguiu à Segunda Guerra Mundial representou um encaminhamento célere para a abundância, a integração da classe operária na sociedade de consumo e uma elevação extraordinária e historicamente inesperada dos níveis de vida. Desse ponto de vista, Nisbet e seus seguidores têm fundamentos em suas afirmações: o salário líquido médio do operário em 1945 era da ordem de 2 mil de nossos francos, mais ou menos o R.M.I*, e de 6.500 francos em 1975. Enquanto o poder de compra variou relativamente pouco de 1885 a 1945 (um crescimento de um quarto), trinta anos – 1945/1975 – de um crescimento anual de 3,5% levaram a triplicar o poder de compra. É a distância econômica que separa o operário em favela, cortiços e vilas operárias daquele que reside em H.L.M.** ou em casas de subúrbio, do operário que anda a pé do que tem automóvel, do operário cuja expectativa de vida é de 50 anos daquele para o qual ela é de 69 anos etc.

⁵ M. Halbwachs, *L'évolution des besoins dans les classes ouvrières*. Paris, Félix Alcan, 1933.

* O *Revenu minimum d'insertion* (R.M.I.) é pago mensalmente pelo Estado francês a todos os cidadãos que não dispõem de outra fonte de rendimentos. (N.T.)

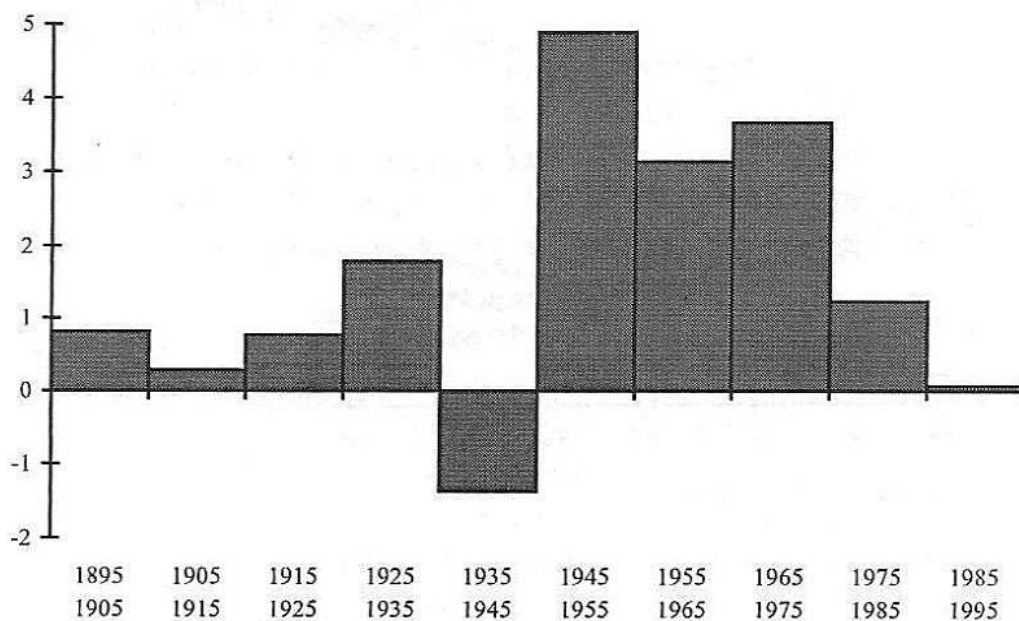
** As *Habitations à Loyer Modéré* (H.L.M.) são imóveis construídos pelo Estado. Seu aluguel é bastante inferior ao dos outros segmentos do mercado imobiliário. (N.T.)

Tal é o belo conto de fadas que os adeptos do fim das classes sociais nos expõem: o da sociedade que abre ao mundo operário e ao conjunto da classe popular um mundo diferente do de ontem, do da sociedade do século XIX. Entretanto, os “Trinta Gloriosos” (1945-1975) e o período de crescimento reduzido (1975- ?) foram períodos marcados por dinâmicas completamente distintas: já há mais de vinte anos que o salário líquido do operário que trabalha em período integral praticamente deixou de crescer; há mais de dez anos, o enriquecimento é quase nulo.

O crescimento reduzido é um período de ruptura em relação aos “Trinta Gloriosos”, que permanecem, entretanto, como o período de referência geral dos argumentos sobre o fim das classes sociais. Os últimos dez anos marcam claramente um período bem menos favorável, em que, apesar de um crescimento apurado pela estatística econômica de 15% do PIB, o aumento do poder de compra operário foi de 0,06%. Quando se conhecem as dificuldades para medir a inflação, falar ainda no mundo de hoje em enriquecimento dos operários é um ato de má-fé. A dinâmica presente não é mais a de ontem.

Quadro 1

Taxa de crescimento anual do poder de compra do salário líquido médio operário (em %)



Fonte: A. Bayet, 1997, “Dois séculos de evolução dos salários na França”. *Documentos de Trabalho INSEE, série verde*, nº 97-02.

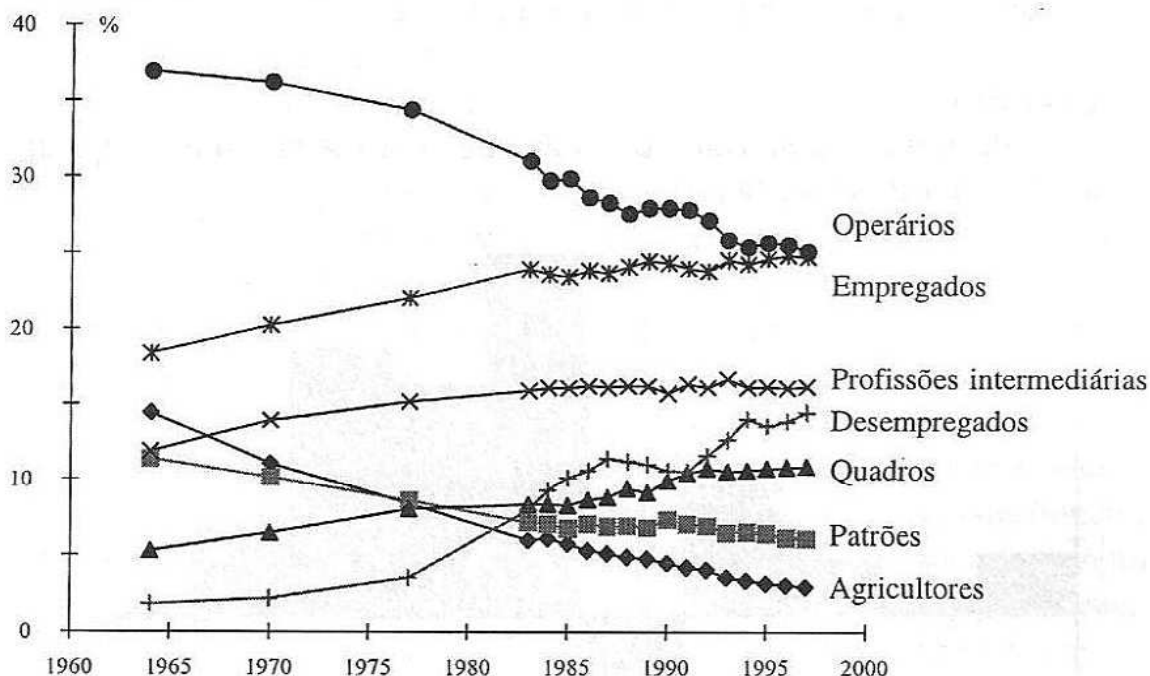
Nota: No decorrer do período 1945-1975, o salário real líquido médio dos operários aumentou em aproximadamente 3,5 ou 4% ao ano. É um período visivelmente excepcional na história dos últimos 170 anos. Se excluirmos os períodos de guerra, os últimos dez anos foram claramente os piores do século.

Coetâneos e estrutura social

Além do argumento do enriquecimento, o mais clássico de todos, cuja pouca pertinência para o período mais recente já foi mostrada, os argumentos de Nisbet e de seus sucessores são os da ascensão da população na escala social, em particular por uma mobilidade ascendente intergerações segundo a qual o jovem operário pode esperar tornar-se contramestre, seu filho técnico e seu neto politécnico. Se as fronteiras sociais estão mais abertas, os pais podem se projetar para outras classes sociais pela trajetória posterior de seus filhos. É a hipótese do elevador social, em sua versão ascendente. É importante, então, situar até que grau se desenvolveram as trajetórias intergerações (dos pais aos filhos) no século XX.

Quadro 2

Evolução dos grupos sociopolíticos na população ativa por ano, desempregados à parte



Fonte: Compilação FQP – Emprego

Campo: População ativa de homens e mulheres de 20 a 59 anos.

Em vez de analisar o sistema escolar, proponho aqui focar os próprios resultados: de um lado, a proporção das categorias médias e superiores da sociedade no seio dos grupamentos de coetâneos⁶ sucessivos e, de outro lado, a proporção de

⁶ Chama-se grupo coetâneo. (N.T.: o autor emprega o termo técnico francês *cohorte* para designar tais agrupamentos estatísticos de coetâneos) ao conjunto dos indivíduos nascidos no decorrer de um ano ou um período dado; o "grupo coetâneo dos anos 1940" representando o conjunto

trajetos ascendentes e de descensos sociais no seio de cada uma delas. Essas oportunidades de realizar uma mobilidade social ascendente dependem, evidentemente, das mudanças da estrutura social: se a proporção dos quadros médios e executivos, bem como das profissões intermediárias não pára de aumentar, será preciso apelar aos filhos de operários e funcionários para preencher os postos novos, já que não se disporá de suficientes filhos de quadros médios, executivos e das profissões intermediárias disponíveis para ocupar os lugares vagos.

Antes de 1975, a categoria dos quadros médios e executivos bem como a das profissões intermediárias conheciam uma dinâmica florescente. Os empregados, que correspondem às posições de execução dos serviços, com condições de emprego menos físicas que as dos operários, mas cuja participação nas decisões e a qualificação são inexistentes, não podem ser vistos como estando em situação social melhor do que a dos operários. Quanto aos operários, o acesso à categoria de empregado tampouco pode ser considerada uma mobilidade social ascendente. Entretanto, o aumento vivaz dos quadros médios, executivos e das profissões intermediárias podia ser considerado propício à ascensão social. Após 1975, o crescimento dos quadros médios, executivos e, sobretudo, das profissões intermediárias diminuiu, implicando assim menores ocasiões de mobilidade ascendente. Evidentemente, a emergência do desemprego maciço após 1975 implica uma outra estruturação, na qual os “desempregados crônicos”, majoritariamente recrutados entre as categorias populares, são os precursores de um novo *lumpen proletariat*.

Por conseguinte, as mutações da estrutura social não são progressivas, mas tipicamente relacionadas com fases históricas, entre as quais os anos situados ao redor de 1975 aparecem, claramente, como um ponto de inflexão. Essa historicidade da mudança social, marcada por fases específicas e não por uma mudança linear e unívoca, deve ser sublinhada.

Mais ainda, e é aí que aparecem os grupamentos coetâneos no processo de formação da estrutura social e, forçosamente, nas mutações do sistema de classes, tais mudanças não têm nenhuma razão de estar uniformemente nem linearmente repartidas segundo o ano de nascimento. Essas descontinuidades do tempo social por grupamentos coetâneos aparecem como essenciais para avaliar tal tendência da sociedade à média*, da expansão da mobilidade ascendente e, por conseguinte, da dissolução das classes sociais.

O exame da proporção dos quadros médios e das profissões intermediárias, por ano de nascimento, permite compreender que o argumento da expansão das

daqueles que nasceram no decorrer daquela década. O emprego do termo “grupo coetâneo” no lugar do de “geração” permite evitar a intervenção *a priori* de uma hipótese de estruturação forte ou de destino comum (que, então, tornaria esse grupo uma “geração social”).

* No texto, o autor emprega um neologismo, *moyennisation* para designar essa tendência. (N.T.)

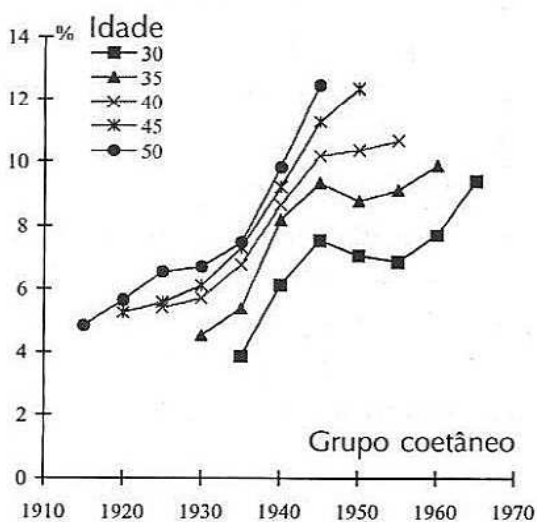
categorias médias e superiores dos assalariados é mais datado do que parece. O argumento segundo o qual o elevador social parou de funcionar está, em contrapartida, melhor estabelecido para os grupos coetâneos mais jovens.

Com efeito, a expansão para o conjunto da população ativa da parcela do emprego assalariado médio e superior tampouco tem razão de estar perfeitamente repartido segundo os grupos estatísticos coetâneos. O desenvolvimento dessas categorias médias e superiores é geralmente concebido como uma mudança de longo prazo, mais ou menos repartida de forma similar e igual entre os diferentes grupos coetâneos. De fato, não é nada disso. Para os grupos nascidos antes de 1935-1945, quando tinham 40 anos, os assalariados superiores representavam algo em torno de 5 ou 6% da população total desse grupo. Enquanto isso, os assalariados médios e superiores (profissões intermediárias e de quadros juntos) alcançavam aproximadamente 14%. Para os grupos nascidos em 1945-1950 e depois, essas proporções passam respectivamente para 10 e 26%. O desenvolvimento das categorias médias e superiores da população não é pois um crescimento progressivo, linear e contínuo, mas sim em “degraus de escada”. A decantada “tendência à média” (“moyennisation”) bem como a “aspiração para o alto” não são movimentos contínuos.

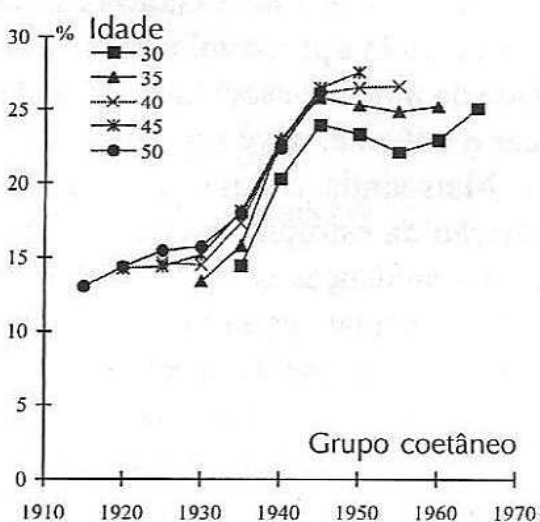
Quadro 3

Proporção de quadros e de profissões intermediárias e quadros no emprego (diagrama dos grupos estatísticos)

Quadros



Profissões intermediárias e Quadros



Fonte: Compilação de FQP - Emprego

Essa dinâmica por grupos coetâneos não é neutra: os grupos que conheceram essa fantástica abertura da estrutura social (dobraram as oportunidades de acesso ao nível de assalariado médio ou superior) tiveram taxas excepcionais de mobilidade ascendente. Com efeito, em razão da distância média de trinta anos

entre o pai e seus filhos, os grupos coetâneos nascidos nos anos 1940 são filhos dos grupos nascidos por volta de 1910 que contavam duas vezes menos quadros e profissões intermediárias. Para esses grupos que alcançaram a idade adulta entre 1965 e 1975, as ocasiões de mobilidade ascendente, resultante da multiplicação por dois do número de vagas, desenvolveram-se de forma inesperada. Para os grupos coetâneos seguintes, nascidos nos anos 1950 e 1960, a estrutura social deixou de se desenvolver para cima, enquanto o nível de diplomas desses grupos continua a crescer. Progressivamente, enquanto os filhos nascidos nos anos 1960 são mais freqüentemente filhos de quadros, suas oportunidades de alcançar as categorias médias e superiores estagnam. Donde surge uma tendência às desclasificações sociais.

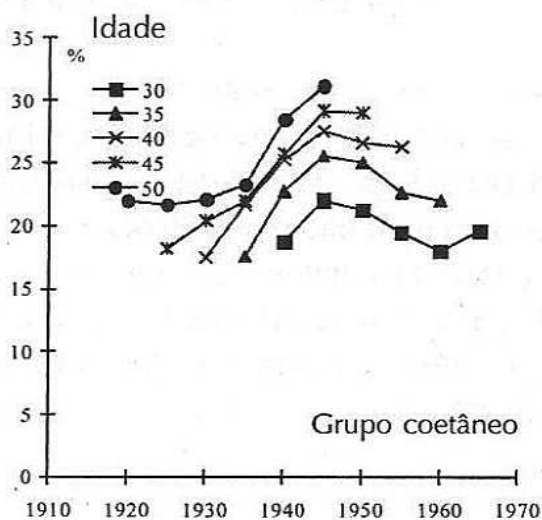
Se representarmos a componente hierárquica da estrutura social dos assalariados apenas como uma pirâmide no cimo da qual se encontram os quadros superiores e médios, no corredor de passagem as profissões intermediárias e na base os empregados e operários, é possível estabelecer uma “taxa de mobilidade ascendente” como sendo a proporção daqueles que, em relação aos seus pais, se situam num degrau superior da pirâmide social. A “taxa de mobilidade descendente” se refere aos que seguem o caminho inverso.

Quadro 4

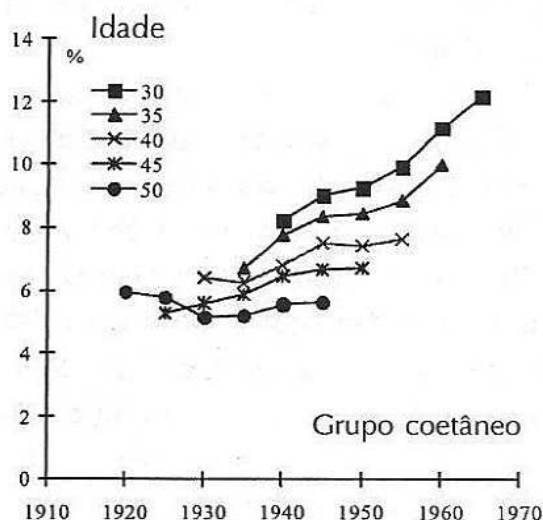
Taxas de mobilidade ascendente e descendente

(diagrama dos grupos estatísticos)

Ascendente



Descendente



Fonte: Compilação FQP – Emprego

Essas taxas podem ser acompanhadas por idade e por grupo coetâneo. O resultado é claro: a taxa de mobilidade ascendente é sempre mais elevada que a taxa de mobilidade descendente; para todos os grupos coetâneos, a taxa de mobilidade as-

cedente aumenta com a idade enquanto a taxa de mobilidade descendente decresce, pelo menos até os 50 anos de idade. Ademais, e esse é o argumento central, essas taxas mudam claramente, de grupo em grupo, para cada idade dada: as possibilidades de se elevar em relação ao pai, à idade de 30 anos, mas igualmente para todas as outras idades, culminaram no grupo estatístico nascido em 1945. Assim, a mobilidade ascendente aparece como uma onda crescente que reflui a partir de um ponto alto atingido pelos grupos coetâneos nascidos antes da metade do século XX.

De fato, os grupos nascidos no decorrer dos anos 1970 poderão conhecer uma situação ainda mais difícil, já que, em relação aos nascidos no início da década de 1960, comportarão o dobro da proporção de diplomados do ensino superior e, também, o dobro da proporção de filhos de quadros superiores e médios e de profissões intermediárias. Salvo se, dos grupos com nascimento entre 1960 e 1975, a proporção de quadros de 35 anos passar de 25% a 50%, as desclassificações sociais crescerão intensamente. A análise é prospectiva, poderemos julgá-la em 2010. Entretanto, não vejo como, no estado atual de funcionamento e de reprodução da estrutura social, um objetivo tão acentuado de expansão das categorias médias e superiores poderá se realizar em menos de dez anos.

Gerações e sistema de classes

Para ultrapassar os fatos, torna-se necessário acrescentar que o nível de salário, de renda, o nível de consumo, o desenvolvimento dos lazeres etc. apresentam situações semelhantes em que, enquanto os grupos nascidos em 1950 conheciam uma contínua melhoria, os seguintes, tardiamente chegados à idade adulta junto com a crise econômica, passam por uma estagnação ou uma degradação de sua situação.

Assim, entre os argumentos de Nisbet, o terceiro ponto que se refere ao enriquecimento progressivo parece perfeitamente datado, já que o crescimento rápido acabou. Outros trabalhos sobre o aspecto vago da repartição dos salários, das rendas e dos modelos de consumo⁷ mostram que não parece mais existir, nos últimos dez anos, homogeneização dos modelos de consumo dos operários e dos quadros superiores e médios. A difusão do patrimônio entre todas as camadas da sociedade não acontece mais⁸ depois das gerações de 1950, que não conheceram o crescimento rápido nem o período de inflação.

⁷ L. Chauvel, "Du pain et des vacances: la consommation des catégories socioprofessionnelles s'homogénéise-t-elle (encore)?", *Revue Française de Sociologie*, XL, 1, p. 79-96.

⁸ Idem, "Les progrès inégaux du logement", in L. Dirn, "Tendances de la société française", *Revue de l'OFCE* n° 65, 1998, p. 345-56; Idem, "Ralentissement de la diffusion du patrimoine et concentration de la richesse", in L. Dirn, *La société française en tendances, 1975-1995: deux décennies de changement*. Paris, PUF, 1998, p. 125-35.

Por conseguinte, é claro que existe, do ponto de vista da estrutura social, “gerações sociais” que, em virtude do fato de sofrerem diferentemente as descon- tinuidades da história social, conhecem destinos coletivos específicos. Uma aná- lise de mais longo prazo mostra que as gerações nascidas antes de 1920 conheceram durante toda a sua vida a estrutura social duramente hierarquizada da sociedade de antanho, herdada do século XIX. As seguintes, nascidas até 1950, que conhe- ceram os “Trinta Gloriosos” em sua juventude, encontraram um destino coletivo inesperado: multiplicação dos diplomas sem desvalorização, forte mobilidade social ascendente, salários e rendas rapidamente crescentes, melhor proteção so- cial etc. Com a crise, essa dinâmica cessa para seus descendentes, chegados tarde demais à idade adulta.

É preciso sublinhar um risco importante: levar em conta a noção de geração anda, freqüentemente, de par com o esquecimento total da noção de classe social. Numerosos são os pesquisadores em ciências sociais, notadamente nos Estados Unidos, que auguram a substituição da luta de classes pela luta de gerações. A idéia é simplista e inexata. É necessário entender que a questão não é de englobar classes e gerações numa relação de substituição, mas de complementaridade. Por um lado, cada geração parece portadora de um sistema de classe que lhe é específico. Por outro lado, as situações mais favoráveis são as das classes mais favorecidas no seio das gerações mais aquinhoadas, enquanto as situações mais difíceis são as das clas- ses populares das gerações cujo destino é menos invejável.

Esta distinção nos permite entender como está caduca a idéia do desa- parecimento das classes sociais: a nova estrutura social sustentada por novas ge- rações – caracterizada por uma menor expansão das categorias médias e superio- res dos assalariados, um menor enriquecimento, uma menor mobilidade ascendente da qual as classes populares poderiam beneficiar-se, e um reforço das desclassifi- cações – é de natureza a solapar o mito de um progresso social mecânico. Esse mito poderia estar atrás e não adiante de nós. A distância entre aqueles que, no seio das novas gerações, passam com sucesso os processos escolares e sociais de seleção da excelência e aqueles cuja perspectiva de escolha são seja o desempre- go, seja a alienação e a exploração num trabalho sem valorização, lembra uma forma de estrutura social antiga. No estado atual, e sem opor politicamente outras perspectivas de mudança social àquelas que se instalam, sem reestruturar politi- camente as juventudes populares e sem reconquista sindical das novas gerações, o retorno a uma hierarquia social dura está programado. Que essas possam se reestruturar em classes é, em meu entender, a perspectiva mais favorável e urgen- te porque é a condição *sine qua non* do restabelecimento de um equilíbrio político sem o qual as desigualdades sociais estão fadadas a se reforçar.

Por conseguinte, essa questão levanta a necessidade de examinar dois argu- mentos de Nisbet que ainda não abordamos: 1) a desestruturação política das

classes e 2) o desenvolvimento dos serviços nos quais os contornos de classe não são mais discerníveis. O segundo é o mais facilmente criticável: o setor terciário está claramente estratificado entre aqueles que têm acesso à autonomia, à perícia e à decisão e os outros⁹. O serviço de massa racionalizado implica um trabalho que não se diferencia daquele da linha de produção de outrora. O empregado é freqüentemente um operário dos serviços. Quanto ao argumento da desestruturação política, ele permanece e atinge nitidamente seus objetivos. Ele coloca uma questão de fundo: o voto dos empregados não tem como eixo o Partido Comunista e a participação da classe operária no Partido Comunista é menos vigorosa que durante os anos 1960. Assim, proponho outra leitura, diferente daquela segundo a qual um partido operário ou um partido dos trabalhadores teria se tornado inútil na sociedade moderna: as ideologias de massa estão atrasadas em relação às evoluções do que se costumava chamar de infra-estrutura. Se o Partido Comunista tivesse tido de declinar em razão das evoluções sociais, isso deveria ter ocorrido ao longo dos anos 1965-1975, no momento da abertura de massa da sociedade, e não durante os anos 1975-1985. Evidentemente, essa questão é de uma complexidade rara, mas minha hipótese é que o movimento do político está defasado em relação ao da estrutura social.

Mais exatamente, parece-me que as classes populares, anestesiadas pela utopia da mobilidade ascendente, que foi efetivamente realizada durante alguns anos, sofreram, em seguida, com a crise econômica e a emergência do desemprego maciço, um *knock out* de pé. Por fim, os pesquisadores em ciências sociais e política, ao deixar de entregar as chaves da leitura da nova situação, continuaram a fomentar a idéia do prolongamento para todos e para todo o sempre do crescimento rápido. À falta de reconstituir idéias mais ou menos justas sobre um mundo novo em emergência, à falta de entender como se articulam as novas classes em formação, de estruturar as alternativas políticas e de propor critérios de justiça permitindo separar das escolhas coletivas, o extrato dos trabalhadores – aqueles que, para viver decentemente, não podem almejar nada além do rendimento de um trabalho assalariado comportando poucas possibilidades de realização pessoal, se conseguirem encontrar um – está submetido a múltiplas fraturas, entre os mais modestos e os mais aquinhoados, os precários e os estáveis, aqueles rejeitados para fora do emprego e aqueles mais aptos a trabalhar. Tais divisões internas são utilizadas, de forma voluntária ou não, para evitar sua nova estruturação em classe.

De fato, minha hipótese é a seguinte: o enriquecimento, a homogeneização dos modos de vida, a abertura pela mobilidade ascendente serviram de ponto de referência ao conjunto da sociedade. Muitos acreditam que essa dinâmica social

⁹ Notadamente E. O. Wright, *Classes*, Londres, Verso, 1985; E. O. Wright, "The Continuing Relevance of Class Analysis – Comments", *Theory and Society*, 25, 1996, p. 693-716.

se desenvolve até os dias de hoje. Entretanto, ela está solapada na raiz de sua renovação de gerações. Os grupos coetâneos nascidos após 1950 deixaram de conhecê-la. As gerações nascidas no decorrer dos anos 1960 vão, inclusive, ser confrontadas com uma situação radicalmente nova, a saber, uma multiplicação por dois da proporção de diplomados do ensino superior e uma multiplicação por dois da proporção de filhos de quadros médios e superiores e das profissões intermediárias. A estrutura social na qual virão a entrar certamente não desfrutará da multiplicação de vagas no seio das categorias médias e superiores que permitiria um *status quo* do valor dos títulos escolares e das oportunidades de promoção. A consciência dessa nova situação, que se revela pouco a pouco e para a qual, por hora, ninguém tem resposta política e nem mesmo expressão, deverá certamente advir. Assim, não creio que a nova situação escape por muito tempo à consciência social.

A situação recente, de uma brechada da mudança social, é nitidamente mais propícia à tomada de consciência da existência de fronteiras sociais claramente menos porosas. Ontem, os elementos cruciais do modo de vida das categorias abastadas – casa própria, automóvel, telefone, férias etc. – estavam destinados a se difundir para todas as categorias da sociedade, com o tempo, de geração em geração, em função da progressão da qual cada uma delas se beneficiava em relação às anteriores, de modo a não mais distinguir claramente o “alto” do “baixo” da sociedade. Agora, em contrapartida, a nova dinâmica da sociedade que se instaura, nitidamente mais lenta, é mais propícia a assegurar uma estruturação mais rígida da sociedade e uma consciência dessa rigidez.

Tal diagnóstico poderia advogar por uma reestruturação das classes sociais, após a desestruturação que foi a dos grupos coetâneos nascidos nos anos 1940. O período de aspiração para o alto, marcado por fracas voltas atrás, só foi um parêntese, mesmo que esse parêntese sirva até hoje de modelo cultural. A dureza dos constrangimentos e a marcha atrás que indivíduos cada vez mais numerosos poderão conhecer podem implicar uma mudança no modo como se representa a sociedade: menos aberta e menos otimista em sua dinâmica e em sua progressão. Esse diagnóstico não está muito afastado do de Bouffartigue¹⁰, segundo o qual a situação contemporânea de apaziguamento social aparente poderia, com efeito, dissimular a recomposição e o acúmulo de conflitos escondidos, sem voz e sem exutório.

O fenômeno da reestruturação ou da reestratificação aparece claramente numa perspectiva de longo prazo, particularmente no que diz respeito às gerações, em que cada qual aparece como portadora de uma estrutura social própria.

¹⁰ P. Bouffartigue, “Le brouillage des classes”, in J. P. Durand e F. X. Merrien, *Sortie de siècle: la France en mutation*. Paris, Vigot, 1991, p. 95-133. Ver principalmente p. 129-30.

Quais serão as conseqüências da tomada de consciência dessas evoluções menos favoráveis que as de outrora? Ainda é cedo demais para sabê-lo, mas o mito realizado dos “Trinta Gloriosos” de uma sociedade aberta poderia encontrar aqui seu término. O risco para a sociologia é de estar uma vez mais atrasada em relação ao que está em jogo na sociedade; se o pensamento marxista da estrutura de classes pôde, nos últimos 25 anos, parecer estar atrasado em relação à sua época, a idéia de que “as classes não existem mais” poderá parecer, por sua vez e em poucos anos, uma idéia de velho.

Na medida em que as representações que a sociedade de hoje faz dela mesma são, no mais das vezes, o fato de essa geração nascida nos anos 1940 que tem a idade de dirigir a sociedade e de produzir as idéias comuns, o modelo de ascensão social continua dominante, mesmo que outros argumentos comecem hoje a se desenvolver. Como o imaginário coletivo irá se reapropriar dessa nova dinâmica é uma questão em aberto, mas o mito da elevação perpétua para todos e para sempre terá deixado de existir. Essa situação poderia elevar o grau de insatisfação coletiva, mas também a perspectiva de interesses divergentes entre as classes: os filhos dos operários e empregados perceberão que suas oportunidades de acesso aos estratos mais elevados tornam-se raras, um fato que poderá conduzi-los a aceitar com menor freqüência os interesses das categorias mais elevadas que terão se tornado menos acessíveis. Inversamente, essas classes populares estão fragmentadas entre os estáveis e os precários, entre as da indústria e as dos serviços, entre os filhos “socialmente imóveis”, oriundos das classes populares, e os desclassificados das classes médias. Do modo como coabitarão, de suas alianças ou de sua concorrência, de sua unidade ou diversidade de modos de vida, depende claramente a emergência de uma nova estruturação em classes “para si” das gerações a seguir.

CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.15, 2002, p.57-70.

Palavras-chave: Classes sociais; Classes populares; Contemporaneidade.